

Avaliação Institucional na Universidade Pública

Ildeu Moreira Coêlho*¹

RESUMO: Ao pensar a avaliação institucional, esse artigo questiona os equívocos presentes em nossas idéias e em nossa prática, relativos à universidade, à avaliação institucional e à natureza do público. Aponta a importância da avaliação para o presente e o futuro da instituição universitária, seus pressupostos e implicações, limites e possibilidades.

Palavras-chave: universidade, avaliação institucional, público, democracia, utopia.

ABSTRACT: While analyzing the institutional evaluation, this article questions the mistakes which lie in our ideas and our acts, related to the university, to the institutional evaluation and to the nature of the public as well. It points out the importance of the evaluation for both the present and the future of the academical institutional, its presuppositions and implications, limits and possibilities.

Se medir é verificar, a partir de uma escala fixa, a extensão ou grandeza de um objeto, avaliar é, ao mesmo tempo, estimar o merecimento, definir a qualidade e o mérito, determinar o valor, formar juízo ou conceito acerca de uma realidade. Na vida das pessoas e grupos, a avaliação é uma pergunta pelo sentido de sua existência, uma reflexão em busca de acertos e equívocos para a redefinição dos ideais, das práticas, das trajetórias, enfim, da vida pessoal e grupal.

Se a avaliação é inerente à existência mesma do homem, à construção e à afirmação de sua consciência, liberdade, responsabilidade social e dimensão ética, no campo das instituições não é diferente. Com mais razão ainda nestas a avaliação é condição *sine qua non* para a construção e afirmação de sua consciência

e de sua responsabilidade social, de sua identidade e autonomia perante o Estado, as idéias dominantes, os partidos, os grupos sociais, os sindicatos e associações de empresários e trabalhadores, os interesses particulares de qualquer ordem. No caso específico da universidade, o que interessa de fato é a avaliação dos departamentos, cursos, unidades de ensino, setores administrativos e de apoio e da universidade como um todo, não enquanto ato tópico, constatação da instantaneidade de um momento, mas enquanto processo que acompanha a existência mesma da instituição.

A avaliação institucional é imprescindível para que as universidades "públicas", com rigor e radicalidade, se autoconheçam, ou seja, saibam o que e como estão fazendo e o que representam para a sociedade e os indivíduos que com ela se relacionam. É um importante instrumento para desvendar e superar suas distorções, equívocos e deficiências; para conhecer, incentivar e consolidar os acertos, fortalecendo assim a natureza acadêmica da instituição; para subsidiar decisões de política acadêmica que melho-

* Universidade Federal de Goiás

¹ Agradeço ao colega e amigo Joel Pimentel de Ulhoa pela leitura atenta do texto e pelas sugestões apresentadas.

rem sua qualidade. Ajuda a definição de objetivos e opções, a construção de projetos e programas, enfim, de uma trajetória institucional fundada na lucidez, na razão e na coerência. Contribui para a mudança institucional, o aprendizado do exercício responsável da autonomia e a conquista de credibilidade junto à sociedade civil e ao Estado, oferecendo-lhes ainda parâmetros para a definição de investimentos e a alocação de recursos públicos no sentido de se corrigir trajetórias e se superar deficiências, bem como para o reconhecimento efetivo de direitos e o atendimento de necessidades do processo de construção da modernidade.

A avaliação institucional, cuja metodologia e processo devem ser rigorosos e consistentes do ponto de vista teórico e técnico, além de legítimos do ponto de vista político, não se volta para as pessoas, sua produção e a qualidade do trabalho que desenvolvem, mas para a existência mesma da instituição, seus fins e meios, funcionamento, limites e possibilidades, atividades, relações, projetos, processos e produtos, para os padrões de qualidade com que desenvolve tudo isso. Pressupõe, pois, que se avalie o ensino, a pesquisa, a assistência, a prestação de serviços, a chamada extensão e a administração universitárias, a política de pessoal, a participação dos segmentos universitários e extra-universitários envolvidos nos processos e na vida da instituição, as relações desta com o Estado e a sociedade civil, bem como seu efetivo compromisso com a verdade, as ciências, a tecnologia, as letras, as artes, a filosofia, a liberdade, a igualdade, a democracia, a justiça, a superação de toda e qualquer forma de dominação existente nas relações entre os indivíduos, os grupos, as instituições, os povos, as nações.

Ao pensarmos e realizarmos essa avaliação, é preciso ter sempre presente ainda que a universidade não é uma estrutura física, uma burocracia privada ou pública, uma mera associação de professores, alunos e técnico-administrativos, uma empresa, nem mesmo um espaço de socialização do conhecimento. Ela e tudo o que produz não são *coisas*, dados e fatos observáveis, realidades prontas e acabadas, a serem radiografadas, esquadrinhadas, analisadas e julgadas em seus resultados e produtos, nem *idéias* provisória e precariamente encarnadas no espaço e no tempo. Pelo contrário, são realidades complexas e perpassadas inteiramente pelas contradições sociais, enfim, um fazer-se, uma criação de homens concretos, um

processo histórico-social de produção e superação de si mesmas, em condições históricas determinadas. A universidade não surge por decreto, mas se faz, para além de qualquer estrutura física e/ou burocrático-legal, à medida que se produz, se institui enquanto espaço por excelência da vida intelectual, do exercício da razão, do aprendizado da dúvida, do questionamento e do pensamento, da busca sempre retomada da verdade, teorias, conceitos e métodos de investigação.

Mas, o que faz uma universidade verdadeiramente pública, diferente de estatal, não é apenas nem sobretudo o fato de ser gratuita e mantida por recursos do tesouro nacional, estadual ou municipal, isto é, do contribuinte. Ao contrário, ela se torna pública à medida que, além de se fazer servidora da liberdade, da democracia, da justiça e da ética, privilegia o interesse público e em seu fazer afirma o efetivo compromisso com a superação de qualquer modalidade de discriminação, exclusão social, manipulação e privatização do público, produzidas no interesse de grupos que se arvoram em porta-vozes dos marginalizados e oprimidos.

O interesse público, porém, não se confunde necessariamente com a vontade do Estado nem com as pretensões imediatas da maioria dos indivíduos. A existência de um acordo entre todos ou entre a maioria dos membros de um grupo, sociedade ou instituição e a defesa que assumem de determinadas idéias, práticas ou projetos, por si sós, não implicam a superação das disputas privadas de interesses, cuja convergência, além de precária e provisória, não institui o interesse público. Este não se confunde, pois, com a simples vontade da maioria, não se reduz a uma questão de número, de quantidade de indivíduos que lutam por certos projetos e idéias e que, muitas vezes, tomam o privado pelo público. Pelo contrário, o interesse público transcende a qualquer interesse privado, mesmo o de todos os "sócios" juntos, impondo sua permanência, acima da instantaneidade do momento e das disputas de indivíduos ou grupos, e é ele que define o *ethos* (VAZ, 1988), a natureza pública da universidade.

Do ponto de vista da universidade, da universidade pública e democrática, que avaliação atenderia a esses conceitos, preocupações e compromissos? Com certeza não será a conduzida pelo Estado, pelos empresários ou trabalhadores, nem necessariamente a realizada por ela própria, enquanto essa avaliação

A avaliação institucional é imprescindível para que as universidades "públicas", com rigor e radicalidade, se autoconheçam.

representar interesses privados (de indivíduos, grupos ou categorias) existentes em seu interior. Sem dúvida a avaliação que defendo é uma utopia, vale dizer, algo que não existe mas precisa ser criado, um contínuo convite à lucidez, à retomada de nossas idéias e de nosso fazer, a delinear com clareza e rigor esse conceito e a realizar, tornar real, o “in-existente”, no duplo sentido de não existente (ainda) e de algo que já se dá como possível no que hoje temos, isto é, no existente.

Assumir a avaliação da universidade pública como utopia não significa negar a legitimidade e a necessidade de se realizar a avaliação possível no momento, enquanto se continua perseguindo a desejável, a que verdadeiramente se impõe como exigência da lucidez, da ética, do compromisso com o presente e o futuro da universidade pública. A dimensão da utopia, inerente à natureza mesma da existência humana, da história e da universidade, não nos lança, pois, no desânimo e na acomodação. Justamente porque não perdemos de vista o sonho, o imaginário, a utopia e sobretudo porque os assumimos como idéias reguladoras de nosso pensar e de nosso fazer, é que não podemos deixar de construir a avaliação da universidade pública. A fidelidade à utopia da avaliação institucional, verdadeiramente acadêmica e comprometida com a criação da universidade pública, implica a avaliação permanente desta, da forma mais lúcida, isenta, ética e responsável, nos limites do que nos é factível em cada momento, o que nos levará a alargar e redefinir os horizontes do próprio possível. E então o que hoje não é possível poderá vir a sê-lo amanhã.

Se o Estado, enquanto instituição, não tem sido questionado, mas reafirmado, sempre que na sociedade e na universidade lhe pedimos garantia para interesses e direitos de indivíduos e grupos, como não admitir, enquanto assim procedemos, que avalie o fazer acadêmico e as universidades? A educação interessa à sociedade, e não apenas aos indivíduos, devendo suas instituições, públicas ou privadas, prestar contas à sociedade civil e ao Estado sobre seus projetos, trajetórias e atividades.

Um Estado democrático, “pro-jeto” que devemos realizar a partir do que existe, tem o direito e o dever de avaliar, com isenção e rigor, todas as universidades. No caso das instituições mantidas com recursos públicos, cabe-lhe ainda tomar as medidas le-

gais, administrativas e orçamentárias para viabilizar a melhoria de sua qualidade, a possibilidade concreta de sua instituição como coisa pública, no sentido forte da expressão.

A luta não deve ser, pois, contra a avaliação que o Estado faz dessas instituições, mas, acima de tudo, contra seu comprometimento com grupos e interesses privados e a favor da superação da realidade que temos e da construção do Estado democrático. Este se funda na liberdade, na igualdade e na justiça, por elas é permanentemente alimentado, se expressa e se realiza concretamente em seu efetivo compromisso com a superação de toda e qualquer forma de dominação, exploração e miséria, enfim, de exclusão social.

Se a democracia, a cidadania e a avaliação institucional das universidades públicas são, acima de tudo, utopias, e não tranqüilas realidades de nosso cotidiano, é preciso retomar, com clareza e distinção, esses conceitos (eles próprios não estão prontos, definidos, mas em construção), bem como nossa prática, no sentido de se produzir a democracia, a cidadania e a avaliação institucional como possíveis históricos (utopias), perseguidos com lucidez e compromisso para com sua realização. Nossa luta deve ainda ser contra idéias e práticas reducionistas de universidade e de avaliação institucional, negadoras da identidade destas e da possibilidade de sua produção como novas, diferentes, no plano do instituinte.

A avaliação, enquanto idéia e prática, realidade essencialmente complexa e múltipla (interna e externa, auto-avaliação e hetero-avaliação), surge apenas nos regimes democráticos, até como forma de controle (democrático) das instituições e dos indivíduos. Entretanto, somente será democrática se todos os que a realizam o fizerem de forma crítica, radical (no sentido etimológico do termo), rigorosa, isenta, autônoma, ética,

socialmente comprometida e numa perspectiva acadêmica, sem ingerência de critérios políticos, de controles ideológicos e de toda e qualquer forma de premiação ou castigo pelo resultado da avaliação, além de comprometida com a instituição, a realização da universidade e, no que em especial se discute nesse artigo, da universidade verdadeiramente pública. Se, por um lado, é um produto da democracia e somente nesta consegue brotar e se desenvolver, por outro, sem ela a democracia pode ser inviabilizada pela prevalência dos interesses privados sobre o público.

**O interesse público, porém,
não se confunde
necessariamente com a
vontade do Estado nem com
as pretensões imediatas da
maioria dos indivíduos.**

Do ponto de vista democrático, absurda é tanto a recusa da avaliação quanto a pretensão de se reduzi-la à auto-avaliação por parte dos indivíduos, áreas ou universidades e de mantê-la sob nosso absoluto controle e tutela.

A avaliação da instituição universitária é um processo complexo, perpassado pelos conflitos e contradições que constituem a sociedade e a própria academia, no qual perguntamos pela política, projetos, anseios e utopias da instituição, pela contribuição que efetivamente oferece à criação de uma sociedade fundada na liberdade, na igualdade, no respeito ao outro, na cidadania, na justiça. Abrange todas as áreas e atividades da instituição e supõe o debate e o enfrentamento dos conflitos e contradições, o questionamento e a crítica de nossas idéias e práticas e das motivações que nos levam a avaliar.

Apesar de sua complexidade, dos erros já cometidos nessa área e dos equívocos que nem sempre conseguimos evitar quando fazemos a avaliação, não se pode contestar ou adiar esse salutar processo que deve sempre acompanhar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e é fundamental à existência, à construção da universidade.

Se o risco é inerente à natureza mesma da existência humana e da história, com mais razão ainda o é no caso da universidade, instituição que se autodefine e se constitui como espaço por excelência da criação, do questionamento e da crítica do mundo físico e social e de si mesma e, portanto, da produção do saber na área das ciências e da tecnologia e, com a mesma importância e intensidade, na esfera da filosofia, das letras e das artes em todas as suas dimensões.

Com efeito, seria um equívoco lamentável considerarmos intocáveis as universidades, em especial as que se definem como públicas. Enquanto espaços por excelência da razão, da crítica, as universidades, públicas ou privadas, devem em primeiro lugar fazer a crítica rigorosa e radical de si próprias. Não avaliá-las, não fazê-lo com rigor e lucidez ou não tomar as medidas necessárias à superação das deficiências constatadas e ao fortalecimento de suas qualidades, em especial no caso das universidades públicas, é enfraquecê-las e torná-las vulneráveis diante do Estado, da sociedade civil, da imprensa, dos partidos políticos, dos movimentos sociais, dos empresários, dos trabalhadores.

Enquanto espaços por excelência da razão, da crítica, as universidades, públicas ou privadas, devem em primeiro lugar fazer a crítica rigorosa e radical de si próprias.

Independentemente de nossa vontade e concordância, a universidade tem sido, e tudo indica que o será bem mais num futuro próximo, avaliada pelo Estado, sociedade civil, imprensa, empresários, trabalhadores, partidos políticos, movimentos sociais, Igrejas e cidadãos, de forma organizada ou não, e pelos professores, alunos e familiares, em suas falas e práticas. Essa avaliação, em grande parte, escapa ao nosso controle e, do ponto de vista da democracia, da liberdade dos indivíduos, grupos e instituições e de uma saudável construção da universidade, é bom que assim o seja. Sendo uma realidade multifacética e

plural, convém falarmos em avaliações, também no plural.

Compete à universidade, diante dessas avaliações, defender a necessidade da lucidez, do compromisso e da ética na vida acadê-

mica e em sua avaliação, do respeito à natureza mesma da instituição. Compete à universidade “pública”, além disso, pensar o que significa essa dimensão que a constitui e diferencia das outras instituições acadêmicas, questionar os equívocos na compreensão e na construção do público e perguntar pelo compromisso de todos com a criação da universidade verdadeiramente pública.

Enquanto realidade concreta, a avaliação jamais será neutra (DIAS SOBRINHO. *In*: SGUISSARDI, 1997), pois valores, conceitos, métodos, divergências teóricas, políticas e ideológicas e interesses pessoais, corporativos e sociais mais amplos estão sempre presentes quando discutimos e fazemos avaliação. Todos os cuidados devem, pois, ser tomados para que, afastando qualquer viés particularista, de cunho empresarial, sindical ou populista, ela seja a mais rigorosa possível e realizada em toda a instituição à luz dos mesmos princípios e critérios. Se não tem condições de ser plenamente isenta, também não pode ser vesga, justificadora ou incriminadora de indivíduos, grupos, atividades, áreas ou universidades.

Não é de se espantar que as resistências à avaliação nas instituições de ensino superior, sobretudo nas “públicas”, sejam maiores do que nas organizações empresariais. Nestas se busca acima de tudo a eficiência, a produtividade e o lucro. Os processos são em geral previamente definidos, uniformes, devendo ser executados com fidelidade e prontidão. Não se admitem ritmos variados na produção, maiores questionamentos, interpretações diferenciadas e mudanças na execução. Nas instituições de ensino

superior privadas ou estatais, ao contrário, os objetivos, as metas e os processos são mais gerais e difusos, podem ser interpretados de modos diferentes e até opostos pelos atores diretos e outras instituições sociais, estão sujeitos a um tempo mais lento para sua efetivação e a questionamentos e críticas ao longo do processo.

O tempo do mercado é rápido e a cada momento exige mudanças na universidade, na pesquisa, nos cursos de graduação e pós-graduação. A vida acadêmica, o ensino e a pesquisa, entretanto, transcorrem num tempo mais lento, necessário às discussões teóricas, às opções metodológicas, à realização das experiências, ao confronto e revisão dos resultados e conclusões, ao repensar e refazer dos caminhos já trilhados, à produção das teses, livros e artigos, ao preparo das aulas e conferências, à transmissão dos conhecimentos, à criação de novas práticas acadêmicas, às mudanças de currículo, à continuidade dos projetos de pesquisa, à formação e orientação dos estudantes, à elaboração dos relatórios, à participação nas comissões examinadoras e nas reuniões de departamento.

A análise do elenco de disciplinas, dos programas de ensino, do tempo gasto para se concluir os cursos ou da relação entre ingressantes e formandos deixa escapar o que concretamente ocorre nas disciplinas e cursos, não capta o grau de conhecimento e o compromisso dos professores, o efetivo trabalho

em que estes e os estudantes se envolveram, as diferenças nos cursos de uma mesma instituição ou de instituições diversas e nada diz sobre as causas da evasão e da repetência numa ou mais universidades específicas. Na academia, mais do que eficiência, a produtividade, a uniformidade dos processos, a fidelidade e a agilidade na execução, interessa a criação, a dúvida, o questionamento, a crítica, o pensamento. A diversidade de saberes e de linguagens determina ainda diferenças fundamentais no ensino e na pesquisa nas várias áreas.

Além disso, a avaliação nas universidades não pode se referir apenas aos resultados, mas envolve necessariamente os processos, as competências, os compromissos e os comportamentos, todos permeados pelas diferenças no plano da teoria, da epistemologia e dos métodos de investigação e pelos juízos de valor e pela ideologia. Sem dúvida, enquanto processo extremamente complexo e marcado pela ambigüida-

de, essa avaliação é acompanhada por uma insegurança maior nos indivíduos e nas instituições.

A tudo isso se acresce ainda, no caso das instituições de ensino superior estatais, a quase completa falta de autonomia frente ao Estado, a insegurança diante dos riscos de uma autonomia muitas vezes prometida e adiada e cujas propostas têm sido em parte contestadas pelos três segmentos universitários, a incerteza quanto às possibilidades de sobrevivência com os recursos que num contexto de autonomia serão repassados pelo poder público, a inexperiência na condução de sua existência e, acima de tudo, o medo de que os resultados da avaliação institucional possam ser utilizados contra elas na alocação de recursos.

As concepções e as práticas de avaliação, institucional ou do mérito pessoal, no caso das academias, são ainda inseparáveis de um projeto e de uma concepção de homem, sociedade, educação, universidade, vida acadêmica, ensino, pesquisa, administração universitária, saber, cultura, ciência, tecnologia, letras e artes, avaliação, qualidade, bem como do sentido e importância de tudo para a existência dos indivíduos, da sociedade e das instituições acadêmicas.

A avaliação possui implicações políticas na legitimação, ou não, da avaliação em geral e em especial do processo que se está realizando ou se

pretende realizar, bem como na construção, ou não, de uma nova universidade, do ensino e da pesquisa como diferentes do que até então existia. É preciso

... a avaliação nas universidades não pode se referir apenas aos resultados, mas envolve necessariamente os processos, as competências, os compromissos e os comportamentos...

perguntar como a universidade, o acadêmico, a avaliação e a qualidade são entendidas, explicitamente assumidas ou implicitamente se encontram na base de nosso discurso e prática. E se a universidade, sem cair na lógica do mercado, da eficiência e da produtividade, está sendo capaz de superar os limites institucionais, os ritos, a burocratização, a lentidão freqüentemente excessiva, a ideologização e partidarização do acadêmico, o democratismo, o corporativismo. Nesse sentido, a discussão e a prática da avaliação serão encaminhadas de modos diferentes, dependendo de nossas concepções, de nosso trabalho e de nosso compromisso com a construção, ou não, da universidade, da universidade enquanto coisa pública.

Dependendo da forma como for encaminhada, poderá ser um instrumento a mais na legitimação do velho, das concepções e práticas esclerosadas, estreitas e mesquinhas, ou seja, de manutenção do *status*

quo, sob a aparência do questionamento e da mudança. Mas, poderá também se inserir num processo mais amplo de modernização, de cunho tecnocrático excludente ou democrático, da sociedade, da educação, da universidade, da coisa pública e, portanto, de superação do provincianismo, do clientelismo, do corporativismo, dos particularismos de toda ordem, ainda presentes na sociedade e nas instituições universitárias.

Os que na verdade não fazem uma clara distinção entre universidade e empresa se preocupam sobretudo em verificar sua eficiência e produtividade, ou seja, sua produção, a relação entre a quantidade de professores, técnicos-administrativos e alunos, os índices de evasão, repetência e colação de grau, a quantidade de publicações, de pesquisas em andamento e con-

cluídas num determinado período. Desse ponto de vista, a qualidade da instituição fica reduzida a sua eficiência e produtividade. Os que a confundem com uma repartição pública, procuram avaliar, como o fariam no caso de qualquer outro órgão público, se em tudo ela se coloca a serviço do público, se o atende bem, o que numa compreensão linear e simplista inclui a satisfação de interesses imediatos, corporativos e provincianos de grupos, municípios e regiões. Nos dois casos perguntam se é eficiente, ágil e organizada no desempenho de suas funções.

Se, por um lado, admitirmos que as funções principais da universidade são a produção do conhecimento, geralmente entendida como organização e sistematização dos dados da experiência, e a socialização do saber sistematizado, avaliar será então perguntar até que ponto ela tem pesquisado, produzido verdades no campo das ciências, da filosofia, das letras e das artes, bem como novas tecnologias que melhorem nossa existência. Um bom curso seria aquele que repassa aos alunos (socializa) as conquistas da humanidade em todos os campos. O saber aparece, pois, como uma coisa, uma realidade pronta, a ser socializada. Daí o não-questionamento, o não-pensamento, a não-reflexão que impera no ensino universitário, reduzido muitas vezes à transmissão de verdades nas várias áreas do conhecimento. Entre a experiência e o conhecimento haveria uma continuidade, uma mudança apenas de grau e não uma ruptura, uma diferença de natureza.

Se, pelo contrário, a universidade é para nós o espaço por excelência da criação, da dúvida, do questionamento, do pensamento, do debate e da crí-

tica de toda a produção social, da busca de seu sentido e gênese historicamente determinados e de alternativas para o mundo da produção e para a existência individual e coletiva, enfim, o *locus* privilegiado da vida intelectual, da liberdade, do império da razão (não-positivista), do cultivo sempre retomado da verdade no campo das idéias, das explicações, dos métodos e das práticas, então a qualidade de uma universidade não se mede apenas nem sobretudo pela produtividade e eficiência, pela racionalidade administrativa e financeira, por seus aspectos quantitativos, pelo atendimento às solicitações imediatas do

mercado, do Estado, das organizações sociais e da chamada comunidade. (COÊLHO, 1996a, 1996b).

Nesse sentido, na avaliação da universidade não basta verificar a adequação do espaço físico, do sistema de bibliote-

cas, dos laboratórios e equipamentos às necessidades da vida acadêmica; a relação entre a quantidade de professores, técnico-administrativos e alunos; o número de candidatos inscritos nos processos seletivos para os cursos de graduação e pós-graduação, de alunos ingressantes e diplomados a cada ano, o índice de evasão e repetência, a aceitação dos recém-graduados no mercado de trabalho e nos programas de pós-graduação, o prestígio da instituição diante da sociedade nas áreas de ensino e pesquisa, a organização e o funcionamento burocrático-administrativo da instituição. Seguindo as simplificações e esquemas típicos e tão a gosto do mercado, do Estado, dos setores empresariais e dos meios de comunicação social, freqüentemente ficamos encantados com os dados relativos à titulação e regime de trabalho dos docentes, ao volume da produção acadêmica sob a forma de livros, artigos, pesquisas e outros trabalhos publicados, apresentados ou não em congressos e demais eventos específicos.

Com efeito, a lógica do mercado, o liberalismo e o neoliberalismo estão mais impregnados em nossas idéias e em nossa prática do que imaginamos e gostaríamos de admitir, mesmo que, por desincumbimento de consciência ou dever de ofício, continuemos a "criticá-los". Não se nega a necessidade e a importância de se levantar essas informações sobre as universidades, das quais se espera a constituição de bancos de dados realmente consistentes, atualizados e confiáveis. Mas daí a imaginar que um bom desempenho nos dados levantados seja sinônimo de uma elevada qualidade da vida acadêmica ou da instituição há uma enorme diferença.

É preciso ir além dos indicadores e captar as significações que medeiam relações bem mais complexas e profundas entre eles e a qualidade da vida acadêmica.

Igualmente, se não há dúvidas de que é preciso criar-se um conjunto confiável de indicadores para as universidades brasileiras (SCHWARTZMAN. *In: SGUISSARDI*, 1997), não se pode esquecer que esses apenas indicam, denotam uma certa qualidade com a qual jamais se confundem. É preciso ir além dos indicadores e captar as significações que medeiam relações bem mais complexas e profundas entre eles e a qualidade da vida acadêmica. Essa é uma idealidade, não podendo ser reduzida, confundida com dados empíricos, por mais que sejam confiáveis e aparentemente reveladores da realidade.

Dados e indicadores não se confundem com a realidade, nem com a avaliação propriamente dita, devendo seu sentido, gênese, limites, possibilidades, pressupostos e implicações, sua leitura e interpretação ser buscados para além de suas possíveis contradições internas e no contexto de um “pro-jeto” de universidade, de uma política de ensino e pesquisa. Em que medida expressam realmente a qualidade do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição?

Embora a avaliação quantitativa também tenha seu lugar, na academia privilegiamos a avaliação qualitativa, na tentativa de se chegar, não à definição de modelos, à classificação e hierarquização das instituições, áreas e indivíduos em produtivos e improdutivos, mas de se qualificar o mérito, os compromissos, as trajetórias, os processos, os contextos e momentos, seus determinantes, sentido e implicações, recuperando e respeitando a identidade e a especificidade de cada instituição, no sentido de se apontar para a plena realização de suas utopias e projetos.

Enfrentar a avaliação institucional do ponto de vista acadêmico, e por conseguinte não empresarial, significa, pois, não se contentar com o levantamento de dados, não privilegiar os aspectos quantitativos, a produtividade, a eficiência, o ágil funcionamento da instituição, nem caminhar para a afirmação de uma suposta uniformidade no conjunto das universidades, das universidades públicas em geral ou mesmo das federais. Se, por um lado, todas têm em comum sua natureza acadêmica, universitária, por outro, são muito diversas e a avaliação deve reconhecer e afirmar essa diversidade, afastando qualquer tentação de comparar e hierarquizar essas instituições. E é no contexto da especificidade de cada uma que a avaliação deve ser pensada e realizada, sem perder de vista que uma instituição pode até não ter dimensão nacional ou internacional, mas isso não impede que ela possa desempenhar importante papel em seu estado ou região. Aliás, a qualidade não é conceito ou realidade abstrata, mas intimamente ligada aos projetos da uni-

versidade, às formas de sua inserção no contexto social, regional e das outras instituições.

Mais importante do que saber quantas publicações, pesquisas, graduados e pós-graduados produzimos num determinado período e a que custo, é perguntar pelo sentido e pela importância do ensino e da pesquisa do ponto de vista da sociedade, da política, da cultura, enfim, da construção de uma nova ordem social, fundada na liberdade, na igualdade, na justiça, na criação e garantia de direitos. Nesse sentido, na avaliação é preciso explicitar-se as determinações históricas da realidade atual das universidades, sem contudo tomá-las como justificativas para o que fazemos ou deixamos de fazer, mas para se trabalhar no sentido de romper com o que temos (o velho) e se construir o que a história está a exigir de todos e de cada um de nós, ou seja, de construir o novo, o “inexistente”, o que se põe como um imperativo ético.

Nossos cursos e currículos não têm sido reduzidos a “grades” curriculares, a elencos de disciplinas com suas ementas e horas ou créditos e pré-requisitos, a “colchas de retalhos” (MALINOWSKI, 1970), a “árvores de Natal” (ULHOA, 1988), a espaços de repetição do já-dito e do já-feito, de socialização do saber sistematizado, da difusão das últimas novidades e do consumo de informações nos vários campos do saber? Até que ponto não passam, às vezes, de espaços nos quais se transmitem aos estudantes as verdades das ciências e da filosofia como se fossem dogmas e se cumprem determinações, rituais e formalidades burocrático-legais exigidas para que os professores possam receber seus salários e os alunos colarem grau? (COELHO, 1994a, 1994b).

Vários são os pressupostos dessa concepção e dessa prática ingênuas que se acomodam na repetição, no ritual. Em primeiro lugar, a ilusão de que quanto maior o número de disciplinas e o total de horas do currículo melhor seria o curso. E então o que se vê é um inchamento dos currículos, uma fragmentação crescente do saber, do ensinar e do aprender, um encurtamento do tempo reservado ao estudo por parte dos alunos. Em segundo lugar, uma simplificação grosseira da natureza do saber, reduzido a verdades prontas e acabadas, resultados já obtidos pelos pesquisadores e intelectuais, informações a serem distribuídas, socializadas e consumidas pelos alunos. Daí a superposição e repetição de conteúdos, a desvalorização da teoria, o desprezo pelos clássicos, a superficialidade e a falta de rigor na abordagem dos temas e questões, o uso de uma literatura de baixa qualidade, sem rigor, consistência teórica e condições de dar uma contribuição significativa ao processo de formação dos estudantes.

Um outro pressuposto é a redução da universidade a um supermercado do saber, no qual os departamentos oferecem os produtos, as mercadorias (disciplinas, verdades) e os alunos escolhem quando, em que ritmo e que mercadoria irão consumir e, ao final, tudo será registrado em créditos. Finalmente, vem a suposição ingênua de que uma ou duas disciplinas consideradas críticas (filosofia ou sociologia, por exemplo) seriam suficientes para se chegar a um curso “crítico”.

Ou, ao contrário, nossos cursos e currículos são constituídos por professores e estudantes como “projetos” articulados de formação de homens, cidadãos, intelectuais e profissionais, “projetos” esses que se tornam reais na busca sempre retomada da verdade, do sentido e da gênese do existente e do próprio saber. E então os objetivos propostos, sua importância e como concretamente atingi-los são algo claro para todos e, acima de tudo, assumido com coragem, firmeza e persistência pelo conjunto dos professores e estudantes que constroem o curso, o currículo, a universidade como “projetos” de busca. Estamos, pois, diante de uma utopia, no sentido original da expressão, que não se confunde com ilusão, delírio, desvario, loucura, alucinação.

Chegamos assim à avaliação do currículo como um “projeto” de formação dos estudantes (e professores), do qual decorrem os saberes inerentes a sua natureza mesma, sem os quais ele não passaria de declaração de boas intenções, princípios inconseqüentes, discurso vazio. Daí a importância de se avaliar o “núcleo epistemológico” do currículo de cada curso, os saberes essenciais para atingirmos os fins a que nos propomos, as matérias e disciplinas que constituem esse núcleo e as que complementam o que é realmente estrutural, do ponto de vista epistemológico, da área específica de conhecimento e do projeto de formação. Finalmente, é preciso avaliar se em cada área, matéria ou disciplina, o ensino e a aprendizagem estão de fato comprometidos com o que é estrutural e nuclear, com o que de fato constitui sua estrutura significativa fundamental (ULHOA, 1988).

Um currículo é um projeto de formação, um processo historicamente determinado, não podendo ser reduzido a um resultado alcançado, às interações, por mais ricas que sejam, na esfera do ensinar e do aprender. Assim, ao fazermos a avaliação institucional, é preciso, com lucidez, firmeza, rigor e sem subterfú-

gios, perguntar a todo momento qual a política de graduação da universidade e como tem sido implementada nos vários cursos; qual o projeto de formação de cada um e até que ponto está sendo concretamente realizado, bem como interrogar o que se passa nas salas de aula, bibliotecas e laboratórios, a relação professor/aluno e de ambos com o saber, o grau de conhecimento e a dedicação dos professores à formação dos estudantes, a sua iniciação nas trilhas do saber, na aventura do trabalho intelectual, no exercício do pensamento, da investigação (COELHO, 1994a, 1994b, 1996a, 1996b).

Numa palavra, fazer a avaliação institucional da universidade pública é pensá-la e recriá-la e, portanto, seus projetos, a produção acadêmica, o ensino de graduação e pós-graduação, os cursos, os currículos, a pesquisa, a chamada extensão e a administração universitárias, a prestação de serviços, a assistência, o sentido mesmo do público. A avaliação supõe a pergunta pelo sentido, gênese, pressupostos, implicações, compromissos, limites e possibilidades dessas realidades e, ao mesmo tempo, assumi-las como “projetos”, utopias, realidades em contínuo processo de construção e superação de si mesmas.

Avaliar a universidade pública é tomar em nossas mãos o processo histórico de sua invenção, de sua produção, abrindo caminhos para um fazer de fato universitário e público. É pensá-la e recriá-la como instituição verdadeiramente acadêmica e pública, e não apenas estatal; é ir além do que hoje temos, antevendo uma nova universidade e uma nova dimensão do “público” como devendo ser realizadas, produzidas. É resgatar sua importância no desenrolar da vida intelectual e da existência social, assumindo o trabalho mesmo de produção do real, da história, com todos os riscos e ambigüidades; é procurar conhecer suas qualidades e equívocos e, com lucidez, coragem, determinação e persistência, tomar as medidas necessárias para a superação das deficiências. Enfim, é recuperar a dimensão do sonho, do imaginário, da utopia, no sentido originário da expressão, afirmando o reino do possível. É tornar-se *sujeito* da história, produzindo o presente enquanto diferente do passado e o futuro enquanto diferente do presente, isto é, enquanto novos, outros.

Pensada e realizada no contexto de invenção e realização de um projeto de universidade pública, a avaliação institucional envolve necessariamente a au-

Um currículo é um projeto de formação, um processo historicamente determinado, não podendo ser reduzido a um resultado alcançado, às interações, por mais ricas que sejam, na esfera do ensinar e do aprender.
